

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 788/2019

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU para pessoa do município de Patos de Minas que esteja em tratamento de hemodiálise.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS APROVA:

Art. 1º Fica isento do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, pelo período em que estiver em tratamento de hemodiálise, o imóvel de propriedade da pessoa acometida de doença renal que exija tal procedimento.

Art. 2º Para a isenção do pagamento do IPTU, a pessoa que se encontra em tratamento de hemodiálise deve preencher aos seguintes requisitos:

- I – renda bruta familiar inferior a 04 (quatro) salários-mínimos;
- II – ser proprietária de 01 (um) único imóvel no município, de uso exclusivamente residencial;
- III – preencher os requisitos desta lei antes da ocorrência do fato imponible do Imposto sobre a Propriedade e Territorial Urbano - IPTU.

Art. 3º A isenção do valor será concedida mediante requerimento da pessoa em tratamento de hemodiálise, ou de seu representante legal, dentro do prazo fixado anualmente para impugnação do lançamento do IPTU.

Art. 4º O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- I – certidão dos cartórios de registros de imóveis do município;
- II – cópia de comprovante de rendimento da família;
- III – cópia do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- IV – atestado médico fornecido pelo médico que acompanha o tratamento, contendo:
 - a) diagnóstico expressivo da doença (anatomopatológico;
 - b) estágio clínico atual;
 - c) Classificação Internacional da Doença (CID);

d) carimbo que identifique o nome e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina (CRM).

Art. 5º Os benefícios de que trata esta lei, quando concedidos, serão válidos por 1(um) ano e cessará quando deixar de ser requerido.

Art. 6º Será dada ampla divulgação dos benefícios e prazos estabelecidos por esta lei, possibilitando o seu conhecimento a todos os cidadãos.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei complementar no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

Art. 8º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 13 de maio de 2019.

Paulo Augusto Corrêa - Paulinho do Sintrasp
Vereador

JUSTIFICATIVA:

A hemodiálise é o único tratamento possível quando os rins deixam de realizar sua função no organismo. Tal procedimento é utilizado para remover as toxinas do corpo, como se fosse um “rim artificial”.

O tratamento de hemodiálise, além de extremamente degradante para o paciente, demanda custos para o cidadão em tratamento, ainda que esteja amparado por assistência de planos de saúde ou que faça o tratamento em hospitais públicos.

Cabe ressaltar que quem passa pela doença leva uma vida repleta de privações, sobretudo financeiras e de tempo, tendo que se deslocar, pelo menos, três vezes por semana ao hospital, lá permanecendo, por várias horas, até a finalização do procedimento.

Assim, haja vista que as questões sociais e financeiras podem interferir negativamente no tratamento do paciente, é importante assegurar-lhe o benefício previsto por este projeto, na tentativa de, ao menos, favorecer uma melhor qualidade de vida a essas pessoas.

Diante do exposto, conto com apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta importante matéria legislativa.